



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Ade
j

ATA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASTÊLO DA MAIA DO ANO DE 2020 -----

Aos 22 dias de setembro do ano de 2020, pelas 21:30 horas, reuniu no **Salão Nobre do Centro Cívico de Barca, sito na Rua Padre Abílio Sampaio**, a Assembleia de Freguesia de Castelo da Maia na sua segunda sessão ordinária referente ao ano de 2020, conforme edital de 12 de setembro. Foram registadas as presenças e dado a conhecer o pedido de substituição da deputada Filipa Rafael, primeira secretária da mesa, substituída pelo senhor deputado João Loureiro que assumiu as funções de primeiro secretário, foi registado o pedido de substituição da senhora deputada Maria Elisabete Areosa, substituída pelo senhor deputado Pedro Costa, da senhora deputada Alexandrina Santos, substituída pela senhora deputada Aida Soares e da senhora deputada Ana Paula Pereira, substituída pela senhora deputada Vera Ferreira.

Todos os deputados presentes assinaram a respetiva lista de presenças.

No ponto 1: Período antes da ordem do dia

No ponto 1.1 foi apreciada e votada a ata da Sessão da Assembleia de Freguesia de 29.06.2020.

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na última reunião, após realizadas as devidas alterações.

O senhor deputado Fernando Ferreira apresentou declaração de voto, justificando a sua abstenção na votação com o facto de não ter estado presente na última sessão, dando no entanto os parabéns à Assembleia porque trabalhou ao ponto de produzir 15 páginas de ata.



Arde
AA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

No ponto 1.2-Período reservado para intervenção do público- inscreveram-se os senhores Armando Pacheco, Rute Moreira, António Duarte, Manuel Rocha, Fernanda Pereira, André Gentil, Carlos Assunção, Domingos Costa e Miguel Marques.

O senhor Armando Pacheco começou por pedir a limpeza dos espaços que existem para as crianças brincarem, sendo que geralmente estes encontram-se sem limpeza ou com limpeza reduzida. Seguidamente questionou o senhor Presidente de Junta, se este sabia o que se passou no infantário de Avioso. Pediu por fim informações relativamente à situação da passagem na nova Variante.

A senhora Rute Moreira voltou a questionar a situação dos cortes de acesso existentes, anteriores à variante à EN14, recordando que há cerca de ano e meio realizou a mesma pergunta e não obteve resposta. Afirmou que teve conhecimento que a IP e a Câmara da Maia já responderam à Assembleia, mas que continuam sem dar solução, complementando que a IP respondeu que na segunda fase poderão fazer uma ponte pedonal, no entanto questionou se estão à espera que a obra termine e o trânsito passe, comentando que se essa for a situação, então estão à espera de algo que não se vai realizar. Lembrou que a ponte pedonal está pendente e que Fonte Cova parece um local apertado, em questão de circulação, e que ponte está horrível. Apontou ainda que continuam a não existir passeios em vários locais. Sobre a Via Diagonal, é da opinião que uma ciclovia ou uma via pedonal parece difícil, uma vez que circular nessa via já é complicado e não parece uma solução viável. Apontou que os *timings* da Câmara, relativamente às reuniões do PDM são muito à justa e população não tem comunicação e falta de informação. Declarou os órgãos no poder, que foram votados, não têm defendido a mesma. Deu conta que a Maia Transportes deixou de passar na zona e existe a necessidade de perceber o que se pode fazer, como por exemplo criar uma linha de apoio aos transportes.



Arde
AR

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O senhor António Duarte começou por deixar o reparo de que teve dificuldade em saber quando é que a reunião se iria realizar, mesmo tendo recorrido ao Facebook, informando que nada aparecia no mesmo, ou no portal da Junta de Freguesia. A informação sobre a reunião ficou apenas disponível, no sítio da Junta, na parte da manhã do mesmo dia em que a reunião se realizou. Perguntou depois que tipo de feedback é que houve da proposta que foi apresentada na última reunião, tanto da Câmara como da IP, e que tipo de resposta é que deram à proposta que, entretanto, foi apresentada. Questionou que tipo de solução que foi decidida para a parte do problema pedonal, uma vez que nada foi levantado relativamente ao problema dos veículos e o que será feito para a parte pedonal e quando, uma vez que o acesso que lá está é precário, e a via está quase a ficar pronta. Apontou que, na confluência da Rua Central de Calquim com a Rua da Marcela há extrema perigosidade no entroncamento, mesmo após alteração da sinalética. Deixou a nota que é da opinião que há Castelo de Cima e Castelo de Baixo, e que ninguém tem conhecimento que moram pessoas no Castelo de Baixo.

O senhor Manuel Rocha Primeira começou por dar conta que era a primeira vez que participava numa ação destas. Disse viver no epicentro da calamidade da Variante, a sensivelmente a 50m da Serafim Cruz e outros 50m da Rua da Agra. Relativamente à Variante, afirmou que num projeto desta envergadura, já projetado e estudado há 15 ou 20 anos, só agora quando o primeiro troço está quase concluído é que estão a discutir a este problema. Lembrou que existem pessoas com necessidade de ir aos médicos, de ir aos bancos, tudo o que tem a ver com os serviços terciários e que têm de o fazer a pé, se não tiverem direito a transporte ou boleia. Declarou que assiste todos os dias a pais a deixarem crianças, em algo que não se atreve a chamar de escadas, apenas de armadilha, feita depois da comunicação social ter ido ao local. Informou que apesar de assinalado, no local das escadas, que os veículos não estão autorizados a andar a mais de 10km/h, os mesmos passam a grandes velocidades, num local constantemente atravessado por crianças, por mães com carrinhos de



Arda
AA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

bebé, com sacas, até porque aquele é o acesso para os hipermercados. Explicou que depois que começaram as escolas, às 8h da manhã, não se pode transitar, porque juntaram três ruas, uma das quais nem se pode transitar agora, e colocaram lá sentido proibido, apontando como solução abrir a escola do lado da Via Diagonal. Contou que os seus pais em 1981, porque sabiam que não iam ter acesso a uma boa reforma, transformaram o rés-do-chão da casa deles num estabelecimento comercial, o café Lusitano. Enquanto os pais conseguiram, eles trabalharam, quando não conseguiram mais trabalhar alugaram o espaço. Por causa do corte da rua, os inquilinos que ajudavam no sustento da mãe, abandonaram, porque deixaram de ter clientes. Aquele local passou a ser uma rua morta, uma rua com muito trânsito às 8 da manhã apenas, porque os condutores não sabiam o que fazer e por onde ir. Transmitiu que pretende preparar uma exposição ao provedor da justiça sobre a situação.

A senhora Fernanda Pereira apresentou-se como representante da Rua Central de Vila Verde, também muito lesada com a variante. Disse possuir um pequeno comércio, que desde que as obras começaram foi abaixo. Perderam o público de Gondim e os que passavam de carro para o Castelo deixaram de passar, estão isolados. Não sabe como vai pagar os impostos para estar ali a trabalhar e não sabe o que fazer para resolver o problema.

O senhor André Gentil começou por explicar que mora no Castelo, na Via Diagonal, querendo trazer o assunto da mesma Via Diagonal. Na via em questão, existem as escolas e deu conta que vê muitas vezes carros a ultrapassarem e em excesso de velocidade. Por ser uma via larga, com espaço para circular, quando não há trânsito é suscetível de se verem situações de excesso de velocidade. Como é uma rua com escolas acha-a muito pouco segura para as crianças e sublinhou os problemas de segurança junto às passadeiras, onde há frequentemente travagens bruscas e repentinas. No local existe ainda excesso de ruído, devido à muita velocidade e às



7 Aids
AR

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

lombas de aproximação junto às passadeiras, chegando a abanar o prédio e a sua casa, que tem rachadelas nas paredes. Com a construção da nova variante, acredita que vai passar a circular mais trânsito naquele local e, por isso, pede uma solução.

Pediui ainda que se faça algo para os carros andarem mais devagar, como por exemplo a colocação de uma passadeira elevada no local dos semáforos, que é também zona de passadeira.

O senhor Carlos Assunção começou por afirmar que defende que a construção da ligação da variante à EN14 deve ser finalizada o mais rápido possível, informando que toda a gente que mora em São Pedro de Avioso também sofre com barulho. Disse-se solidário com a causa dos restantes, tendo ido ao local para ver a situação, e tendo subscrito convictamente uma petição pública relativa ao passeio pedonal. Considerou que a população não merece ser tratada da forma que está a ser e que, a sua participação nesta Assembleia foi para demonstrar que apoia a causa e a revolta das pessoas. Expressou o desejo que existisse uma via com bons passeios e disciplinada, pelo menos com a passagem de menos camiões. Mostrou-se assustado quando tem de passar na Rua Vilarinho de Baixo e na Rua Central do Paiço e se cruza com pesados, sugerindo limitar o trânsito de pesados apenas às empresas que existem naquelas rua e ao serviço de recolha de lixo.

O senhor Domingos Costa identificou-se como representante de uma das escolas do Castelo, a EB 2/3 e explicou que a sua intervenção ia no sentido do que já tinha sido exposto. Declarou que não foi pensado o problema que a variante criou, para o conjunto de três escolas que congregam cerca de 1800 alunos. Aclarou que existem cerca de 1800 veículos para escoar em cerca de 20 minutos, na zona das escolas, sem alternativas de circulação, o que se tem revelado um problema, sendo que a solução criada não resolve o problema existente. Propôs a necessidade de um projeto global, para perceber como evitar que os pais passem 20 minutos para sair do local, sugerindo a criação de zonas específicas de entrada e saída das crianças e a



Aids
AR

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

colocação de passadeiras com semáforos, para as crianças atravessarem em segurança.

O senhor Miguel Marques, identificou-se como representante da Associação de Moradores de Castelo da Maia, em substituição do presidente que não pôde estar presente e explicou que estão, como todas as intervenções anteriores, preocupadíssimos com a situação do Castelo da Maia. Sugeriu que o Facebook da Junta de Freguesia seja utilizado como um lugar de estilo ou lugar habitual da Junta de Freguesia para comunicar. Pediu uma atenção para 2021, relativamente a um maior apoio do financiamento da Junta de Freguesia, considerando que o orçamento podia ser mais confortável na parte do Apoio Social. Pediu ainda ação por parte da Junta de Freguesia, para realizar atividades, afirmando que gostava de contar com o apoio da Junta de Freguesia para a participação e dinamização dessas atividades.

Neste ponto a senhora Presidente deu conta das respostas da Infraestruturas de Portugal e da Câmara Municipal da Maia, detalhando que foram enviadas três cartas, às Infraestruturas de Portugal, à Câmara Municipal da Maia e à Assembleia Municipal, sendo que foi recebida resposta por parte das Infraestruturas de Portugal e por parte da Câmara Municipal. Explicou que as cartas foram enviadas todas ao mesmo tempo e com o mesmo conteúdo.

Posteriormente a senhora Presidente deu a palavra ao senhor Presidente de Junta que começou por sublinhar que na sequência do parecer emitido pela Câmara Municipal da Maia, a Agência Portuguesa do Ambiente deu razão à autarquia exigindo à IP a implantação de uma passagem pedonal na Rua Serafim Cruz para suprir a dificuldade de acesso da população. Sublinhou que é difícil dialogar com quem não dialoga, que neste caso é quem executa a obra. Junto da Câmara considerou haver boa receptividade, mas também existe uma certa impotência. Confirmou que a própria Câmara aceitou quase tacitamente realizar as passagens



Aides
AM

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

pedonais se a IP não cumprisse, tal como barreiras sonoras e vários metros de betuminoso numa área que se encontra em paralelo. Enquanto a obra decorrer tudo passa pela IP. De facto ao ouvir certos desabafos, não pode estar mais de acordo, sublinhando que se sente tratado com uma certa injustiça, explicando que a Junta não está impávida neste caso e que muitas das críticas são desincentivadoras. Mostrou-se conhecedor do trânsito que circula em vias secundárias, considerando que enquanto a variante não estiver completa, infelizmente estas situações continuarão a ocorrer. Apontou que perante as ações da Junta de Freguesia, ouviu que as situações atuais são “o custo do progresso”. Pediu que todos façam chegar à Junta de Freguesia os seus problemas, declarando que ninguém lamenta mais do que a Junta todas as questões levantadas. Mostrou-se ainda disponível para que a Junta se associe a todas as ações com vista à resolução das várias questões provenientes da nova Variante. Ao senhor Arando Pacheco, explicou que alguns dos parques infantis são da responsabilidade da Junta, outros são da responsabilidade da Câmara, afirmando que a Junta de Freguesia tem utilizado todo o pessoal para preparar a reentrada do ano escolar, ajudando o município em tempo útil. Sobre o infantário de Avioso, afirmou não ter conhecimento de qualquer situação. Ao senhor António Duarte, deu conta que tomará a devida nota sobre a questão da sinalização, que informou não estar ainda definitiva e que tal só irá acontecer quando a Variante estiver concluída. Sobre a Rua Central de Gondim, informou que vai levar o problema à Câmara. Sobre o café Lusitano, informou que já teve oportunidade de entrar em diálogo, reforçando a disponibilidade da Junta para ajudar a solucionar o problema. Prossegui, dando conta que até ao momento não existiram avanços, tanto nesse caso como no caso levantado sobre o comércio local, afetado pelo novo desenho de circulação. No tocante ao senhor André Gentil, confirmou que iria tentar recomendar maior fiscalização, afirmando, no entanto, que quanto às lombas poderá haver dificuldade pela maneira como a Câmara Municipal atua nesses casos. Ao senhor Carlos Assunção, confirmou que reconhece o trânsito de que este falou, acrescentando que a Junta de Freguesia está preocupada com a proliferação de



Adg
AA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

camiões de grande porte, nas estradas secundárias do Castelo da Maia, que não estão preparadas para tal. Sublinhou que a obra realizada junto à Igreja de São Pedro já contempla duas pequenas lombas para tentar reduzir a velocidade do trânsito. Acrescentou que existe uma parte de Vila do Conde que não criou qualquer acesso viário, tendo de escoar todo o trânsito pela Maia. Comprometeu-se a tentar minimizar estes problemas de trânsito, com muita dificuldade, pois este conflui nos mesmos locais. No tocante à Escola do Castelo, considerou que ser relativamente recorrente o problema levantando, que já tinha ocorrido no ano anterior com a alteração dos sentidos de circulação. No ano atual, o agrupamento do Castelo tem um problema adicional, pois muitos pais que, trabalhando longe, deixavam os filhos muito cedo e agora não o podem fazer, aumentando a concertação de viaturas em simultâneo. Ao senhor Miguel Marques, explicou que a divulgação da Assembleia foi feita através dos editais colocados nos locais habituais, tendo no entanto havido uma falha na colocação da informação no Facebook. Sobre o apoio social, afirmou com orgulho que desde que chegou à Junta não foi recusado nenhuma ação ou proposta no plano social. Mesmo assim, reconhece que o assunto será mais gravoso num futuro próximo, força do impacto da pandemia. Explicou que, em conjunto com o Restaurante Ferradura, foram atribuídas recentemente 2629 refeições de forma graciosa. Reforçou que a Junta está atenta e recetiva a todas as iniciativas neste campo.

No ponto 1.3-Outros assuntos- inscreveram-se os senhores deputados Armindo Moutinho, António Peixoto, Joaquim Carvalho, Fernando Ferreira, Augusto de Jesus e José Eduardo Azevedo.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por recuperar uma questão da Assembleia anterior, referente aos cemitérios, afirmando que não quer que as suas intervenções prejudiquem a população de Barca, pois verificou que este só tem 10 horas de abertura e os outros têm 12 e inclusive um tem 13 horas. Pediu coerência



Ada
b AW

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

para não haver razões para falar muitas vezes da mesma coisa. De seguida, questionou a razão da existência do novo desvio para a igreja do autocarro, que tem uma paragem a meio da saída e perguntou se vão continuar a descarregar pessoas no meio da rua, num local que não tem passeio. De seguida, afirmou ter lido num jornal que iria haver um tanatório junto ao cemitério de Vermoim, lembrando que em 28 de dezembro de 2018 foi aprovado na Assembleia uma decisão sobre um projeto para habitação social em Barca, por unanimidade, para 2019. Afirmou que seguramente é no terreno da habitação social, lembrando que Barca é o único território da Maia sem habitação social, que já estava prometida há muito. Considerou que esse é o tipo de informação que deve passar constantemente e se o Presidente de Junta teve conhecimento, deveria informar antecipadamente a Assembleia. Sobre a questão da Via Diagonal, considerou que é o cancro da mobilidade de quem está a nascente. Afirmou que a Junta não tem culpa nem responsabilidade, acreditando que é uma situação que vai mostrar a insensibilidade de quem faz as estradas, prejudicando muita gente e possivelmente criar fatalidades. Disse ainda saber que a Câmara Municipal não é responsável, mas deveria ter uma palavra sobre o assunto, tendo algum tipo de imposição, como entidade máxima. Sublinhou que se trata de um assunto com 26 anos e que, se as pessoas não se preocupam com o PDM, a Câmara devia defender os interesses da população. Recordou que em 2009 o projeto contemplava uma estrada com perfil de autoestrada, por 139 milhões de euros e agora estão inscritos apenas 38,9 milhões de euros. As alterações são constantes, por exemplo, o nó de ligação de Fonte Cova era uma ligação e não uma passagem aérea e, evidentemente, para economizar recursos financeiros tem de ser feito tudo assim à vontade. Sentenciou ainda que a Câmara não pode dizer que a população sabia, há 26 anos, quando nem as Juntas de Freguesia tinham conhecimento e que não é forma de responder à Assembleia, para que esta esclareça os deputados e o público.

O senhor deputado António Peixoto encetou por saudar a numerosa plateia que se deslocou para debater os problemas da Freguesia. Primeiramente abordou o assunto



✓ Aids
AR

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

levado à última Assembleia pela coligação Um Novo Começo, que felizmente teve alguns desenvolvimentos. Lembrou que o Presidente de Junta de Freguesia afirmou que obteve uma resposta em que lhe referiram que “era o custo do progresso” e, refutando essa ideia, declarou que é sim o abandono das pessoas. Recordou de seguida que já várias queixas foram em várias Assembleias de Vereação, questões essas colocadas pela coligação Um Novo Começo, que acabam por não ser agendadas porque o Presidente da Câmara é um incompetente. Informou que o assunto da variante vai ser levado à Assembleia Municipal no próximo dia 28 pela coligação Um Novo Começo e que o Presidente de Junta de Freguesia terá uma oportunidade de mostrar toda a sua indignação, perante os maiatos, nessa Assembleia, na qual tem lugar. Chamou posteriormente a atenção para o ponto terceiro da resposta da IP, que refere “neste sentido, em estrita colaboração com a autarquia, foi definida a localização das passagens superiores de peões a construir, que seriam integradas numa segunda fase”. Questionou assim se a Câmara teve negociações posteriores e aceitou passar uma obra importante para a segunda fase, afastando-se de uma grande parte dos cidadãos. Perguntou como é que as crianças e os idosos poderão fazer a travessia, comentando que acredita que não vai ver a segunda fase. Questionou onde esteve a Câmara da Maia e a Junta de Freguesia durante o processo, apontando que as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida não conseguem passar. Declarou que se trata de uma situação de calamidade na Freguesia. Considerou ainda que a Câmara Municipal não respondeu às questões colocadas pela Assembleia, classificando a carta recebida como indigna. Para terminar, referiu que gostaria que o Presidente de Câmara resolvesse a situação, tal como se referiu à questão da VCI- a bem ou a mal. Pediu ainda à Presidente para participar na Assembleia Municipal, com uma posição clara sobre o assunto.

O senhor deputado Joaquim Carvalho começou por dar conta que lhe chegou uma proposta dos moradores do Largo Serafim Cruz, que demandam a extensão da linha 600 e pedem que o senhor Presidente de Junta de Freguesia inicie os processos



Arde
AN

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

necessários, para que o autocarro saia da Rua do Gestalinho, pela Rua central de Vila Verde, seguindo pela Rua Central de Calquim. No Largo Serafim Cruz vire à esquerda para a Rua Serafim Cruz, passando paralelamente à nova variante, entroncando na Rua de Avioso. Quanto à Nacional 14, começou por afirmar que o progresso não pode isolar as pessoas, não podendo haver o risco de investir em meios e encurtar distâncias, ignorando o que está próximo e deprimindo cada vez mais o interior das localidades. Deu conta que fica espantado pela subserviência de entidades que deveriam defender o seu povo. Terminou, sublinhando que defende uma passagem superior para veículos e não apenas pedonal.

O senhor deputado Fernando Ferreira começou por reportar uma situação ocorrida na quinta-feira, 17 de setembro, em que o mesmo ia sendo atropelado na Via Diagonal, no cruzamento da Rua da Igreja, devido às obras e por não haver qualquer marcação nem cuidado com o peão. Solicitou, novamente, à Junta e à Câmara Municipal, a colocação de semáforos nesse cruzamento. Sobre a variante à EN14, contou que há 13 ou 14 anos era Presidente de Junta de Gondim e, tal como todos os presidentes de Junta do Castelo da Maia, recebeu um dossiê com o plano de pormenor de toda a área, para colocar a discussão ao público. Explicou que o projeto foi discutido na Assembleia de Freguesia e, enquanto autarca, considerou que se tratava de um erro de ordenamento do território. Apontou que o que se assiste no Castelo da Maia é típico de ideia de terceiro mundo e que o que faz falta é transporte público. O que está a acontecer é a destruição dos negócios locais e das relações familiares, não havendo dúvida que há Castelo de Baixo e Castelo de Cima. Reforçou que enquanto Presidente de Junta defendeu serem necessárias mais ligações à A3 e não uma Variante, sendo que o que está feito é um disparate e uma obra para ganhar dinheiro. Por fim, considerou que quem fez a obra não conhece o território e que os problemas surgem de incompetência na gestão do território. Mudando de tema, afirmou que estamos perante o combate das nossas vidas e estamos a viver um pouco à parte da importância deste processo, referindo que um especialista



A. de
AA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

considerou que é muito provável que o mundo nunca se livre do novo coronavírus. Comparando com o HIV, referiu lembrar-se que a vacina para o HIV também era esperada num prazo entre 2 a 3 anos e já passaram 40 mas que atualmente estão cerca de 180 laboratórios mundiais a trabalhar no processo do Covid. Considerou que a luta contra a Covid-19 será provavelmente a grande batalha pela sobrevivência de toda a humanidade e pediu para que o senhor Presidente de Junta tenha atenção a isso, principalmente na limpeza de espaços públicos de forma permanente, mesmo que para tal tenha de contratar mais gente. Contou que no mesmo dia em que ia sendo atropelado encontrou 16 ou 17 máscaras no chão. Apelou a que, apesar da falta de civismo das pessoas, é necessário atuar. Sobre a recolha das águas residuais domésticas, existentes nas fossas sépticas, alertou que o vírus tende a permanecer nas águas, sendo que as cisternas poderão ser perigosas e portanto a Junta deveria questionar as autoridades sobre os transportes de águas residuais deveriam ser reguladas.

O senhor deputado Augusto de Jesus principiou por se dizer assustado com a intervenção do senhor deputado Fernando Ferreira, agradecendo as informações partilhadas. Seguidamente alertou e solicitou o arranjo, limpeza e pintura dos lavadouros na Rua de Vilarinho, em São Pedro Avioso, e no Largo do Moleiro, na Rua da Liberdade. Deu conta que o de Vilarinho está vandalizado e com mau aspeto. Chamou a atenção para uma situação perigosa na Rua Central de Cidadelha, onde há uma esquina viva de um passeio, e na qual já um senhor bateu. Congratulou depois o senhor Presidente de Junta pelo corte e aparo das árvores que tapavam os semáforos junto à Igreja de Santa Maria de Avioso e pelo arranjo do lavadouro de Ferronho e parque infantil. Já sobre a EN14, explicou que entre 2005 e 2017 fez parte da Assembleia de Freguesia de São Mamede, na Trofa. Quando o antigo presidente perdeu as eleições, aceitou ser membro da Assembleia de Freguesia, o que na sua opinião é constrangedor. Afirmou que se um dia fosse presidente de junta, se depois perdesse nunca mais se iria sentar numa Assembleia de Freguesia. Considerou que,



Aide
AA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

principalmente os antigos presidentes de junta, sabem que os pareceres das autarquias aos projetos de execução das concessões do Estado, não são vinculativos. Afirmou que a Câmara Municipal teve um papel muito importante, dentro das suas possibilidades, para tentar as melhores soluções. Sublinhou ainda que o atual projeto de execução da Variante à EN14, atualmente a ser executado, possui muito menos impactos que o anteprojecto concebido em 2010. Nesse estudo, o trecho da Variante entre o Chiolo e a Via Diagonal previa um aterro entre 5 a 7 metros de altura. Afirmou depois que se há alguém competente tecnicamente é o atual Presidente da Câmara, tendo estado 20 anos à frente de todos os projetos da autarquia.

O senhor deputado José Eduardo Azevedo começou por transmitir que acredita existirem duas formas de fazer política - uma é apontar a solução para os problemas e a outra é fazer demagogia com o problema das pessoas. Mostrou-se sensibilizado com as intervenções que ouviu, relativamente à EN14, mas considerou que fazer o discurso político e demagógico, em cima do problema das pessoas, custa ouvir. Reforçou que as duas principais forças políticas representadas na Assembleia mostraram vontade de ver a Variante feita, recordando o episódio em que um dos candidatos à Câmara apareceu em fotos com o Primeiro-ministro, chamando a si o desbloqueio e construção da Variante. Declarou que o Presidente da Câmara deu uma resposta esclarecedora, certamente escrita por um técnico municipal com formação na área. Pediu ainda para que as respostas sejam divulgadas e para que a informação seja disponibilizada nas redes sociais e no sítio da Junta. Para terminar, abordou a expressão que o senhor Presidente de Junta havia referido, recordando que a mesma foi tida numa reunião fora do âmbito de trabalho e que não era subordinada à Variante. Esclareceu que a mesma não foi dita com prepotência nem com arrogância e que, a função dos autarcas é minorar ou eliminar tais consequências. Lembrou que há 4 anos todos pediam a variante e foi *slogan* de campanha. Apenas meia dúzia de pessoas pediam o fim das portagens na A3 ou uma ligação da A41 à Siderurgia. Isso era bem pensado e resolvia problemas, dado que a



Aids
AF

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Variante apenas vai resolver problemas da Trofa. Sublinhou novamente que salvo raras exceções, a Variante foi pedida pelos autarcas e por todos os candidatos à Câmara. Instou por fim a que se trabalhe em conjunto para encontrar soluções.

O senhor deputado Fernando Ferreira prestou esclarecimentos ao senhor deputado Augusto de Jesus, considerando a intervenção desapropriada e desajustada. Afirmou que sobre a questão do PDM, a discussão foi iniciada em 1994 e foi aprovado em 2009, passados 14 anos. Declarou não saber porque demorou tanto, mas tem a certeza que dá para fazer os arranjos todos ao longo de 14 anos. Seguidamente esclareceu que a falta de consideração da IP, pelas opiniões da autarquia, mostram uma clara falta de peso político para participar no processo de decisão. Esclareceu ainda ser nascido, criado e residente em Gondim, tendo sido Presidente com muita hora, após ser Presidente da Assembleia de Freguesia durante 4 anos e ainda deputado durante outros quatro. Contrariou depois a opinião que só é possível fazer política ganhando as eleições, afirmando que essa era a visão do Estado Novo e do Fascismo. Explicou que enquanto deputado, não ter ganho as eleições não é desprestigiante e que faz o trabalho que pretende, para defender a sua terra em consciência. Lembrou que tendo participado num executivo com o PSD, todas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

O senhor deputado António Peixoto prestou esclarecimentos ao senhor deputado Augusto de Jesus, começando por dizer que teria de defender a honra de todos os deputados que foram rebaixados e maltratados na Assembleia. Afirmou ser lamentável insinuar que os deputados estão na Assembleia a mando de outros. Reforçou que gosta da sua dignidade e da sua liberdade de expressão, tendo sido candidato na lista do senhor deputado Fernando Ferreira para defender os interesses de todos os Castelenses e para o bem da terra. Sobre a resposta da Câmara, lembrou ser da opinião que o Presidente tentou lavar as mãos como Pilatos sobre o assunto, mas possivelmente pode nem saber o que votou. Reforçou que não está na



A. ds
7
CW

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Assembleia para fazer política, mas sim para defender os interesses do Castelo da Maia e, se tiver de votar contra o partido onde esteve, vota. Por fim, disse que o Presidente da Câmara se dedicou desde muito novo à política, com poucos anos de trabalho, tendo sido um técnico mediano dos Serviços Municipalizados da Maia.

A senhora Presidente deu a palavra ao senhor Presidente de Junta que prestou esclarecimentos. Iniciando pelo senhor deputado Armindo Moutinho, explicou que a questão do cemitério está relacionada com o senhor que abre e fecha gratuitamente o local, dando conta que já está a ser tentada uma solução. Sobre a placa do autocarro, revelou que foi informado que se trata de uma placa provisória, até ao final das obras. Sobre a habitação social, deu conta que o terreno não estará totalmente ocupado e uma parte foi já vendida para um cemitério judaico, acrescentando que foi informado de que a habitação social não está posta de parte. Mesmo assim, tem a informação que a Câmara não terá como política principal a construção de habitação social, mas sim o apoio às famílias. Ao senhor deputado António Peixoto, explicou que sobre a Variante pode estar ou não de acordo com as afirmações, tendo recorrido à frase para demonstrar o contrário, ou seja, no sentido positivo como um benefício para as populações. Referiu ainda que tomará sempre uma posição de acordo com a consciência. Ao senhor deputado José Eduardo Azevedo, esclareceu que não se estava a referir a ele como autor da expressão anteriormente citada. Ao senhor deputado Joaquim Carvalho lembrou que foi tentado que a carreira dos STCP que ia até Barca fosse até ao Castelo da Maia, pois já não havia a obstrução da A.Maia. Houve uma possibilidade e estava em estudo a criação de uma carreira experimental que passava pelo interior das freguesias e pela Zona Industrial. Acrescentou ainda que a Câmara da Maia teve em tempos um itinerário com autocarro gratuito pelo coração das freguesias que acabou por falta de utentes. Ao senhor deputado Fernando Ferreira garantiu que iria voltar a abordar a questão dos semáforos. Sobre o combate ao coronavírus, pediu e agradeceu contributos. Ao senhor deputado Augusto de Jesus confirmou que vai ter atenção à



Ards
M

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

situação na Rua Central de Cidadelha e, com o aproximar do 1 de novembro, irá ter em atenção os cemitérios e igualmente os lavadouros e fontanários.

No ponto 2: Período da ordem do dia

No Ponto 2.1- Informação do Sr. Presidente de Junta sobre a atividade da mesma e sobre a sua situação financeira;

Neste ponto foi dada a palavra ao senhor Presidente de Junta, tendo este prescindido. Inscreveram-se os senhores deputados Fernando Ferreira e António Peixoto.

O senhor deputado Fernando Ferreira arrancou com o apontar de gralhas no documento, evidenciando que no documento está presente "edifício da Junta de Gemunde", quando deveria estar "edifício sede da Junta de Freguesia do Castelo da Maia". Lembrando que o documento versa sobre a atividade desenvolvida, evidenciou que na segunda página se pode ler "esperamos o início neste mês", questionando se é ou não um documento sobre o que já foi feito. Reforçou que o documento deve conter a atividade desenvolvida, já executada, e não a atividade que é esperada. Considerou simpático que seja possível reparar e limpar o canal de linha de água junto ao lavadouro da Raposeira em Barca, pois 7 anos antes visitou com o senhor Presidente de Junta o local e nessa altura já merecia intervenção. Deixou ainda a nota de que é dito que a Feira das Cebolas teve um programa simbólico e minimalista, quando deveria ser descrito como simbólico e ajustado, de acordo com as recomendações da DGS e Ministério da Saúde.

O senhor deputado António Peixoto começou por perguntar se o terreno demarcado, junto ao cemitério de São Pedro onde agora está um campo de milho, fará ou não parte do cemitério. Sobre o Centro de Dia, questionou se a Junta iria dar tudo à Santa Casa e porque é que se há de entregar os



Ardo
TAA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

equipamentos à mesma. Perguntou ainda se a Junta não deveria ficar com o equipamento. Sobre o Lavadouro da Raposeira, considerou que é uma questão com bastante tempo e que se deve fazer mais do que a limpeza, perguntando o que será feito.

Esclareceu o senhor Presidente de Junta de Freguesia. Começando por responder ao senhor deputado Fernando Ferreira, no tocante à sede da Junta, considerou que é um edifício da Freguesia como outro qualquer, mas se fosse essa a vontade já poderia ter proposto que a sede mudasse de local. Esclareceu ainda que no documento, quando são apresentadas ações futuras, tal acontece porque alguma das etapas já está em curso. Sobre o Lavadouro da Raposeira, confirmou que a Junta se cansou de esperar por um projeto que está sob a responsabilidade de uma arquiteta e, como a Junta ainda tem capacidade para fazer, decidiu fazer e arriscar. Ao senhor deputado António Peixoto deixa o comentário que por vezes peca por excesso na informação prestada, detalhando que pretende dar a informação em tempo útil. Sobre o terreno do Cemitério, informou que está marcado na mesma, tendo o lavrador semeado milho. O milho foi retirado, foi efetuada a operação de deteção arqueológica e vai decorrer uma reunião para avançar com a obra. Quanto ao Centro de Dia, considerou que a Santa Casa tem mais vocação e se for feito em nome da Junta não há direito a protocolo, ou seja, a subsídio ao utente.

No Ponto 2.2- Apreciação e votação da proposta da 1ª alteração modificativa (revisão) às opções do plano e orçamento do ano 2020.

A senhora Presidente deu a palavra ao senhor Presidente de Junta que se pronunciou sobre este assunto, recordando que a Junta é frequentemente abordada sobre a importância do saldo, defendendo que o Castelo da Maia é credor de uma centralidade. Há obras que são irreversíveis e que podem tornar



Ards
WA

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

irreversível esse processo. Concretamente adiantou que estava a aguardar a possibilidade de requalificação do Mercado do Castelo da Maia e o desenvolvimento de um projeto para o edifício na Praça 5 de Outubro. Considerou que o atraso teve um aspeto negativo, entre outras coisas porque estavam a ser tentada a implantação de uma Universidade Sénior e uma Oficina de Aprendizagem para Santeiros. Acontece que outros se apoderaram desta situação, sendo a Trofa contemplada de uma forma abusiva porque neste caso quem começou a arte foi a família Alberto Sá, em Cidadelha, que ramificou para a família Tedim. Igualmente existiram candidaturas para a construção de uma creche e a Junta ficou com a ideia que estas candidaturas eram para processos já prontos, dado que o Castelo ficou de lado por não ter a possibilidade de atempadamente apresentar um terreno, apesar de ter apresentado três terrenos camarários. Resumidamente, grande parte do saldo estava reservada para três obras e para não perder essas oportunidades, tendo-se agora chegado à conclusão que é necessário recorrer a um plano B e o orçamento retificativo parcelar dará o primeiro passo para essa alternativa.

Neste ponto inscreveu-se o senhor deputado Fernando Ferreira.

O senhor deputado Fernando Ferreira em primeiro lugar leu a sua intervenção na aprovação do orçamento em dezembro de 2019, onde salientava um desinvestimento de aproximadamente 14%. No que respeita a obras públicas, considerava que na maioria são responsabilidade da Câmara Municipal da Maia e que a Junta as toma como suas obras. Na ação social dava nota de um desinvestimento de aproximadamente 6%. Afirmava entender que a Junta de Freguesia e o seu Executivo falham em setores que devem espelhar aquilo que deve estar subjacente à gestão autárquica, onde as obras públicas e a ação social devem ser eixos de orientação primordial. Sobre o PPI, dizia estranhar não haver verbas para os anos 2020, 2021 e 2022. Considerava ainda que as propostas



↓ Aids
AM

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

apresentadas aos Castelenses em época eleitoral deveriam constar do documento. Sobre o mapa de pessoal, questionava se o quadro era eficaz e adequado às necessidades. Já sobre a revisão apresentada ao orçamento para 2020, na página onde consta o resumo das receitas e das despesas, existe um total de €1.432.763,89 tanto na receita como na despesa, formando um desvio de aproximadamente 87% ou €666.351,93. Do ponto de vista do que deve ser um orçamento e da capacidade de previsão, considerou que o documento falha em toda a linha. Posteriormente na receita de 2020, em concessão de ossários, passa de €2.500,00 para um reforço de €7.500,00, que se trata de um desvio de 200%. Na rubrica relativa às transferências da administração central, apontou um desvio de 155%. Na rubrica relativa à atribuição de apoios financeiros para investimentos e obras deu conta de um desvio de 158%. No campo da despesa, em instalações de serviços, a previsão de gasto era de €5.200 e passou para €154.800, perfazendo um desvio de 2877%. Na rubrica viadutos, arruamentos e obras complementares, inicialmente com €143.600 teve um acréscimo de €251.551,93, com um desvio de 75%. Na rubrica parques infantis passa de €5.000,00 para €30.000,00, criando um desvio de 500%. No total de despesas de capital, houve um reforço de €666,351,93 formando um desvio de 211%. De seguida, deu conta que o Parque Infantil de Ferronho não tinha anteriormente verba inscrita. No Largo da Liberdade, Praceta do Lavadouro, Café Dois Amigos, a rúbrica tem um valor de €106.000,00. Concluiu, pedindo ao senhor Presidente de Junta que explique estes desvios, fazendo depender a votação da bancada dessa mesma explicação.

Foi dada a palavra ao senhor Presidente de Junta, que prestou esclarecimentos. Em primeiro lugar afirmou já esperar que lhe fossem colocadas questões sobre pormenores técnicos. Lamentou depois que o senhor deputado não tivesse ouvido a explicação inicial, que remete quase a €500.000,00. Seguidamente comentou que se sente bem pela gestão feita e porque as críticas são feitas a



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

pormenores técnicos e não a problemas maiores. Garantiu que todas as alterações e desvios apontados, vão corresponder à realidade e a obras efetuadas.

O documento foi colocado para aprovação. Foi aprovado por maioria com 5 abstenções da coligação “Um Novo Começo”.

O senhor deputado Fernando Ferreira apresentou declaração de voto, frisando que num modelo de gestão devidamente ajustado teria sido feita uma revisão minimalista, o que não foi o caso, sendo o suficiente para o voto de abstenção.

Sendo 01:18 hora do dia 23 de setembro de 2020, a sessão foi encerrada e foi lavrada e lida a ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente foi elaborada a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pela Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente

Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues

Primeiro Secretário

João Carlos Costa Loureiro



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Segunda Secretária

Andre Cristine Soares

Pela Júlia Rocha